

Mercados radicais

ERIC A. POSNER e E. GLEN WEYL

Mercados radicais

*Reinventando o capitalismo e a
democracia para uma sociedade justa*

TRADUÇÃO

Denise Bottmann



Copyright © 2018 by Princeton University Press

A Portfolio-Penguin é uma divisão da Editora Schwarcz S.A.

PORTFOLIO and the pictorial representation of the javelin thrower are trademarks of Penguin Group (USA) Inc. and are used under license. PENGUIN is a trademark of Penguin Books Limited and is used under license.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

TÍTULO ORIGINAL Radical Markets: Uprooting Capitalism and Democracy for a Just Society

CAPA Karl Spurzem

PROJETO GRÁFICO Tamires Cordeiro

PREPARAÇÃO Julia Passos

REVISÃO TÉCNICA Rafael Costa Lima

REVISÃO Angela das Neves e Clara Diament

ÍNDICE REMISSIVO Luciano Marchiori

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Posner, Eric A.

Mercados radicais : reinventando o capitalismo e a democracia para uma sociedade justa / Eric A. Posner e E. Glen Weyl ; tradução Denise Bottmann. — 1ª ed. — São Paulo : Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.

Título original: Radical Markets : Uprooting Capitalism and Democracy for a Just Society.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8285-083-1

1. Capitalismo 2. Concorrência 3. Democracia
4. Direito de propriedade 5. Mercado livre 1. Weyl, E. Glen. II. Título.

19-23405

CDD-330.122

Índice para catálogo sistemático:

1. Mercados radicais : Capitalismo : Economia 330.122

Maria Paula C. Riyuzo – Bibliotecária – CRB-8/7639

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.portfolio-penguin.com.br

atendimentoao leitor@portfolio-penguin.com.br

À memória de William S. Vickrey

SUMÁRIO

Agradecimentos 9

Prefácio: O leilão vos libertará 13

Introdução: A crise da ordem liberal 23

1. Propriedade é monopólio 51

Criando um mercado competitivo para usos por meio da propriedade coletiva parcial

2. Democracia radical 97

Um mercado de conciliações para nossa vida em comum

3. Unindo os trabalhadores do mundo 141

Reequilibrando a ordem internacional em favor da força de trabalho

4. Desmembrando o polvo 179

Rumo a um mercado radical no controle corporativo

5. Dados como trabalho 215

Avaliando as contribuições individuais para a economia digital

Conclusão: Indo à raiz 257

Epílogo: E depois dos mercados? 283

Notas 301

Índice remissivo 327

AGRADECIMENTOS

A produção e o desenvolvimento econômicos são fundamentalmente processos sociais, não individuais: pelo menos é isso o que sustentamos ao longo deste livro. O mesmo se aplica a produtos intelectuais como o trabalho aqui apresentado. Nossas ideias se formaram nos meios em que nos desenvolvemos e no amplo leque de comunidades a que pertencemos; se este livro tiver o impacto pretendido, o *zeitgeist* será, sem dúvida, muito mais importante do que nosso esforço intelectual. Mesmo assim, há muitas pessoas entre essas forças mais vastas que contribuíram especialmente para esta obra.

No decorrer do livro, citamos muitas de nossas influências mais importantes, porém nós dois tivemos mentores pessoais que aparecem menos por estas páginas, mas igualmente merecem nossos agradecimentos. Gary Becker e, em especial, José Scheinkman tiveram um papel essencial ao incentivar Glen a dar andamento a suas ideias mais arrojadas, apesar dos custos para sua posição profissional e da dificuldade em publicar esta obra. Jerry Green, Amartya Sen e principalmente Jean Tirole foram fundamentais para a concepção de Glen sobre o “desenho de mecanismos” como força propulsora para uma transformação social. Jennifer Chayes, supervisora de Glen na Microsoft, concedeu-lhe o espaço profissional, o ambiente

interdisciplinar e a inspiração pessoal de que precisava para acreditar e prosseguir neste projeto. Eric agradece a seus colegas na Universidade de Chicago pelo apoio e ao Russell Baker Scholars Fund pelo apoio financeiro. Glen agradece à Alfred P. Sloan Foundation pelo subsídio durante todo o período como bolsista.

Temos uma dívida especial com Soumaya Keynes, cujo interesse e entusiasmo pela integração de nossas várias ideias também nos incentivaram a escrever este livro.

Aludimos, no texto, a vários coautores e colaboradores em projetos que contribuíram para as ideias aqui expostas, mas alguns merecem menção explícita: Anthony Lee Zhang foi pioneiro, com Glen, na ideia de um imposto autoavaliado sobre a propriedade comum; Steve Lalley demonstrou com Glen os teoremas fundamentais sobre a “votação quadrática”, e Nick Stephanopoulos concebeu, junto com Eric, a visão prática de uma legislação eleitoral igualitária baseada nesse sistema de votação; Fiona Scott Morton elaborou conosco a regra de 1% para os investidores institucionais; Jaron Lanier foi o parceiro de Glen em todas as etapas do capítulo “Dados como trabalho”.

Nosso editor Joe Jackson e seus colegas na Princeton University Press transformaram este livro em realidade. Susan Jean Miller fez um trabalho excelente de melhoria do nosso texto. Também agradecemos à talentosa equipe de assistentes de pesquisa. Graham Haviland, Eliot Levmore, Stella Shannon, Han-ah Sumner e Jill Rogowski foram de inestimável ajuda.

Uma conferência sobre nosso manuscrito, promovida pela Cowles Foundation na Universidade Yale e apoiada vivamente por seu diretor Larry Samuelson, nos ajudou a delinear nossas ideias. Os sete debatedores (Ian Ayres, Dirk Bergemann, Jacob Hacker, Nicole Immorlica, Branko Milanovic, Tim Shenk e Matt Weinzierl) nos deram um feedback fundamental. Tim foi de especial ajuda para nossa compreensão da história das ideias referentes ao tema. Também recebemos comentários de muitos amigos e colegas, incluindo Anna Blender, Charlotte Cavaille, Patrick Collison, Adam Cox, Richard Eskow, Marion Fourcade, Alex Peysakovich, Greg Shaw, Itai Sher, Steve

Swig, Tommaso Valetti e Steve Weyl. As reações de Steph Dick e Chris Muller nos instigaram e orientaram nossas revisões. Richard Arnott, arquivista de Bill Vickrey, contribuiu para a nossa compreensão de suas ideias e convicções. Dionisio Gonzalez, Tod Lippy e Laura Weyl nos ajudaram a definir o design do livro. Também agradecemos a colaboração dos membros dos grupos de leitura “Radical Economics” e “Social Life of Data” na Microsoft, em especial Nicky Couldry, Dan Greene, Jessy Hwang, Moira Weigel e James Wright.

O desenvolvimento deste trabalho contou com o importante incentivo de Satya Nadella e Kevin Scott, diretores executivos da Microsoft, e, do lado acadêmico, de Atif Mian e Ken Rogoff.

Glen agradece acima de tudo à sua esposa, Alisha Holland. Ela está presente neste livro do começo ao fim e só ela reconhecerá que é uma espécie de declaração de amor. Alisha levou Glen ao Rio de Janeiro, o fez pensar sobre as favelas e o incentivou a desenvolver as ideias do epílogo. Dela provém o espírito da cidade e do migrante, bem como a paixão por melhorar o destino de ambos, que anima grande parte de nosso trabalho. A oficina de escrita de apenas dois participantes, Glen e Alisha, transformou boa parte da redação. Sem o apoio de Alisha aos riscos profissionais e à sua iconoclastia, Glen não se atreveria a escrever este livro; sem a empatia e a apreciação da beleza que aprendeu com ela, ele nunca teria tido essa iniciativa. Todos os dias, Glen descobre mais e mais como as ideias e emoções de ambos estão entrelaçadas e inseparáveis. A formação desse vínculo, que começou quando eram adolescentes nerds e isolados, nem sempre foi fácil ou reconfortante. Mas, tal como uma sociedade, uma parceria que é capaz de se reformar radicalmente diante de uma crise e assim aumentar, em vez de diminuir, a igualdade, o crescimento e a cooperação é uma parceria que merece perdurar.

PREFÁCIO

O leilão vos libertará

O liberal oitocentista era um radical, tanto no sentido etimológico de ir à raiz da questão quanto no sentido político de defender grandes mudanças nas instituições sociais. Assim também deve ser seu herdeiro moderno.

Milton Friedman, *Capitalismo e liberdade*, 1961

A semente deste livro foi plantada durante um verão que um de nós passou no Rio de Janeiro. O Rio é a cidade com as maiores belezas naturais do mundo. Morros cobertos por uma luxuriante vegetação tropical descem até uma baía azul cintilante pontilhada de ilhas e oferecem panoramas incomparáveis. E, no entanto, esses mesmos morros estão atulhados de favelas miseráveis, sem transporte ou saneamento básico.

O Leblon, talvez o bairro mais caro de toda a América Latina, fica ao pé do morro. Lá, o dinheiro pode comprar — a preços absurdamente inflacionados — relógios e carros de luxo, símbolos de status. E, no entanto, os moradores do Leblon não se atrevem a andar de relógio na rua ou parar no farol vermelho de noite, por medo da violência que paira nas favelas. O Rio é uma das cidades mais perigosas do mundo.

Os cariocas são descontraídos, simpáticos, criativos e extrovertidos. Veem a questão racial com mais sutileza do que nós nos Estados Unidos, com nossa distinção muito acentuada entre brancos e negros. Os dois países apresentam uma longa história escravocrata, mas, no Brasil, todos trazem uma herança da miscigenação. Apesar disso, as variações no tom da pele transmitem gradações de classe, uma força onipresente na sociedade brasileira.

Em termos econômicos, o Brasil é o país mais desigual do hemisfério ocidental. Repleto de recursos naturais, a maior parte da riqueza é controlada por um pequeno número de famílias e quase 10% dos brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza. A penúltima presidente foi deposta por abuso de poder, seu predecessor está preso por corrupção e os investigadores estão fechando o cerco em torno do último presidente, que deixou o cargo com índice de aprovação na faixa de um dígito. Os padrões de vida no país estão estagnados faz tempo. A iniciativa privada é ínfima.

Como foi que esse paraíso ruiu? Como alcançar seu potencial? Conhecemos esta conversa:

A ESQUERDA: O governo deve taxar os ricos para fornecer moradia, assistência médica e emprego aos pobres.

A DIREITA: Ah, sim, e aí você vai acabar como a Venezuela ou o Zimbábue. O governo precisa privatizar as estatais, fazer valer os direitos de propriedade privada, reduzir os impostos e diminuir a regulação. Ponha a economia nos eixos e a desigualdade vai se resolver por si mesma.

OS TECNOCRATAS DO CENTRO: Precisamos de uma economia cuidadosamente regulada por especialistas com formação internacional, intervenções dirigidas já testadas em ensaios randomizados controlados e uma reforma política que atenda aos direitos humanos.

Os que moram em nações ricas, onde a desigualdade vem crescendo, reconhecerão, no Brasil, os seus próprios países. Também neles a economia está estagnando, e a corrupção e os conflitos polí-

ticos estão aumentando. A velha ideia de que um “país *em desenvolvimento*”, como o Brasil, finalmente se tornará um “país *desenvolvido*”, como os Estados Unidos, está sendo reavaliada, e as pessoas começam a se perguntar se as coisas não estão caminhando no sentido contrário. Enquanto isso, a fórmula habitual de reforma é a mesma de cinquenta anos atrás: aumentar os impostos e redistribuir, fortalecer os mercados e privatizar, ou melhorar a governança e a capacitação especializada.

No Rio de Janeiro, essa fórmula está claramente ultrapassada. A pobreza, o controle cerrado e concentrado da terra e os conflitos políticos parecem guardar uma relação estreita. A redistribuição da riqueza pouco alterou a desigualdade. O aperfeiçoamento dos direitos de propriedade privada não contribuiu o suficiente para fomentar o desenvolvimento. As favelas ocupam áreas que poderiam abrigar um parque, uma reserva natural ou uma área habitacional moderna. O centro da cidade, onde os moradores das favelas poderiam levar uma vida decente e ter acesso a serviços públicos, é monopolizado pelos ricos, que nem chegam a aproveitá-lo por temerem a criminalidade. O mesmo controle concentrado da riqueza que gera a desigualdade parece corromper a política e desestimular a iniciativa privada: segundo o Banco Mundial, o Brasil está entre os 10% dos países que mais colocam obstáculos para se abrir uma empresa.

O caso do Rio de Janeiro suscita uma pergunta inevitável: não haveria um jeito melhor? Será que essa cidade não tem como escapar à desigualdade, à estagnação e ao conflito social? Não seria o Rio um prenúncio do destino de cidades como Nova York, Londres e Tóquio?

Os leilões como mercados radicais

O problema deriva das ideias ou, melhor, da falta de ideias. Os argumentos da esquerda e da direita, quando surgiram no século XIX e começo do século XX, tinham algo a oferecer, mas hoje perderam qualquer substância. Não há mais lugar para reformas ousadas, pois

elas apenas nos tolhem. Para ampliar nossas possibilidades sociais, precisamos nos abrir a novos projetos radicais. Para chegar à raiz do problema, precisamos entender como funcionam nossas instituições econômicas e políticas e usar esse conhecimento para elaborar uma resposta, que é o que fazemos neste livro.

Nossa premissa é que os mercados são — e continuarão a ser no médio prazo — a melhor maneira de organizar a sociedade. Porém, embora nossa sociedade seja supostamente organizada pela concorrência entre mercados, os mais importantes estão monopolizados ou simplesmente inexitem; se criarmos mercados de fato livres, abertos e competitivos, conseguiremos reduzir drasticamente a desigualdade, aumentar a prosperidade e sanar conflitos sociais e ideológicos que dilaceram nossa sociedade.

Como a direita, acreditamos que os mercados precisam ser fortalecidos, ampliados e saneados. Mas vemos uma falha fatídica nessa linha: sua concepção sobre as mudanças sociais necessárias para a prosperidade dos mercados é tímida e pouco criativa. Muitos da direita apoiam o fundamentalismo do mercado, ideologia que imaginam ter sido comprovada pela teoria econômica e pela experiência histórica. Na verdade, ela praticamente se resume a um compromisso nostálgico com uma versão idealizada dos mercados, tal como existiam no mundo anglo-saxão no século XIX. (Usaremos o termo *capitalismo* para nos referir a essa versão histórica idealizada dos mercados, em que os governos têm como foco a proteção da propriedade privada e a garantia de cumprimento dos contratos.) Ao fundamentalismo do mercado contrapomos o radicalismo do mercado, nosso compromisso pessoal em entender, reestruturar e melhorar os mercados em sua própria raiz.

Com a esquerda, partilhamos a ideia de que os ordenamentos sociais existentes geram uma desigualdade injusta e minam a possibilidade de uma ação coletiva. Mas a falha está em confiar na capacidade de discernimento das elites burocráticas governamentais para sanar os males sociais. Essas elites, que a esquerda imagina serem benevolentes, ideologicamente neutras e comprometidas com o bem público, às vezes são arbitrárias, corruptas, incompetentes ou,

por serem vistas dessa maneira, quer o sejam quer não, não contam com a confiança pública. Para canalizar o radicalismo que cremos ser inerente aos mercados, temos de descentralizar o poder e, ao mesmo tempo, incentivar a ação coletiva.

Os mercados radicais que concebemos são ordenamentos institucionais que permitem a atuação plena dos princípios fundamentais da alocação no mercado — o livre-comércio disciplinado pela concorrência e aberto a todos os interessados. A quintessência do mercado radical é o leilão. Como as regras de um leilão exigem que as pessoas disputem lances, o objeto em oferta acaba nas mãos de quem mais o deseja — com a ressalva de que as diferenças nos lances podem representar diferenças não só de vontade, mas também de riqueza.

Embora muita gente pense que os leilões se restringem a vendas de imóveis, obras de arte e arrecadação de fundos, eles são muito frequentes na internet, longe do olhar do público. Nas páginas a seguir, mostraremos que a difusão dos leilões por toda a nossa sociedade pode salvar o Rio de Janeiro — e o mundo.

Rio à venda: Uma experiência hipotética

Imaginem todo o Rio de Janeiro num perpétuo leilão. Suponham que cada edifício, cada loja, cada fábrica e cada trecho na encosta do morro tenha um preço corrente, e quem der um preço maior por esses espaços toma posse deles. Os leilões podem abranger alguns tipos de bens pessoais, como automóveis, ou mesmo coisas normalmente determinadas por processos políticos, como a quantidade de poluentes que as indústrias são autorizadas a emitir. Boa parte deste livro consiste em conceber como um sistema assim funcionaria.

Como experiência hipotética, suponhamos por ora que os leilões são conduzidos por meio de aplicativos para celulares que dão lances automaticamente, baseados em configurações-padrão, eliminando em larga medida a necessidade de calcular constantemente

o valor que se vai oferecer. Há leis garantindo que não ocorram os transtornos mais óbvios (por exemplo, chegar em casa e perceber que o apartamento não é mais nosso). Existem incentivos que protegem e aumentam os ativos e garantem a preservação da privacidade e de outros valores. Toda a renda gerada por esse leilão retorna aos cidadãos, igualmente, como “dividendo social”, ou é utilizada para financiar projetos públicos, como acontece com as receitas das vendas de petróleo no Alasca e na Noruega.

Viver sob esse regime de leilão contínuo transformaria a sociedade e a política do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, as pessoas passariam a conceber suas propriedades de outra maneira. Sumiria a enorme diferença entre ter casa própria e ocupar um lugar na praia. A propriedade privada se tornaria, em larga medida, pública, e os bens das pessoas à nossa volta se tornariam, em certo sentido, também parcialmente nossos.

Além disso, esse processo de licitação contínua acabaria com os tremendos descalabros no uso da terra e de outros recursos. Quem desse o maior lance pelas encostas mais bonitas jamais seria alguém com planos de construir ali cortiços precários e dilapidados. Quem desse o maior lance por um terreno no centro da cidade não seria o incorporador imobiliário de condomínios grã-finos e exclusivos, mas um construtor de arranha-céus para a nova e enorme classe média criada pelos leilões.

Uma terceira consequência seria o fim da fonte primária da desigualdade econômica. Ainda que, num primeiro momento, você possa pensar que os ricos iriam arrebanhar tudo o que é de valor nesses leilões, reflita um minutinho. O que se entende por “os ricos”? Gente que tem negócios, terras etc. Mas, se tudo estivesse em leilão o tempo todo, ninguém teria esses ativos. Seus benefícios iriam igualmente para todos. No capítulo 1, explicamos como isso se daria.

Em quarto lugar, o sistema de leilão do Rio de Janeiro limitaria a corrupção ao transferir muitas decisões políticas importantes das mãos dos políticos para as dos cidadãos. Com a melhoria da vida pública, a criminalidade diminuiria, as pessoas voltariam a frequentar as ruas e o recolhimento em comunidades fechadas deixaria de exis-

tir. Longe da imagem usual dos mercados substituindo e corroendo a esfera pública, os mercados radicais fomentariam a confiança na vida pública. No capítulo 2, explicamos como um leilão poderia organizar a política.

Heróis radicais

Nossos argumentos se baseiam numa tradição intelectual que remonta a Adam Smith. Hoje em dia, os pensadores conservadores, inclusive os fundamentalistas do mercado, costumam invocá-lo com frequência. Mas Smith era um radical, nos dois sentidos apontados em nossa epígrafe. Primeiro, ele escavou a fundo as raízes da organização econômica e propôs teorias que continuam relevantes hoje. Segundo, ele investiu contra ideias e instituições dominantes na época e apresentou uma série de sugestões e reformas ousadas. Atualmente, essas ideias só são consideradas “conservadoras” porque tiveram grande êxito na reformulação da política e do pensamento de sua época.

Os fundamentalistas do mercado traçam uma linha de continuidade entre Smith e nomes como Friedrich Hayek, Milton Friedman e George Stigler — ídolos conservadores de meados do século xx e ganhadores do prêmio Nobel que tomaram de Smith uma concepção idealizada dos mercados baseados na propriedade privada. Puseram essa concepção em prática para defender a economia e a política libertárias. Os fundamentalistas ignoram outros economistas que assumem o espírito radical de Smith, como Henry George, cujas ideias ajudaram a deslanchar a era progressista e que foi talvez o economista mais lido de todos os tempos, mas cuja concepção se perdeu nas brigas entre direita e esquerda durante a Guerra Fria. George estava mais preocupado com a desigualdade do que os seguidores conservadores de Smith, e via que a propriedade privada podia atrapalhar os mercados realmente livres. Para remediar o problema, propôs um esquema de tributação que criaria um sistema de propriedade comum da terra.

O economista “georgista” mais importante, a cuja memória dedicamos este livro, é um professor da metade do século xx, chamado William Spencer Vickrey. Vickrey foi o Mestre Yoda da profissão de economista: era um sujeito simples, desencanado, recluso, distraído, cheio de intuições geralmente impenetráveis, mas capazes de mudar o mundo. Ia de patins do trem até a sala de aula e deixava cair comida na camisa. Acordava de uma soneca em pleno seminário de pesquisas e comentava: “Esse artigo podia aproveitar... o princípio de Henry George de taxar os valores fundiários”. Citava tanto o esquema tributário de George que um colega brincou durante uma homenagem fúnebre a ele: “Imagino que a essa altura já o citou para Deus também”.¹ Igualmente desligado, arrogante e fechado, Vickrey se absteve diversas vezes de publicar suas melhores ideias em artigos acadêmicos.

As inspirações de pesquisa de Vickrey eram muito parecidas com as nossas. Durante a maior parte de sua carreira, ele se concentrou na organização das cidades e no tremendo desperdício de recursos em inúmeras formas urbanas. Tinha especial fascínio por cidades latino-americanas, prestando consultoria a vários governos sobre tributação e planejamento urbano. Foi quando projetava um sistema fiscal para a Venezuela que Vickrey elaborou o artigo que por fim levou pelo ralo todo o seu empenho em se manter na obscuridade.

O artigo foi publicado em 1961. Já o título, “Counterspeculation, Auctions, and Competitive Sealed Tenders” [“Contraespeculação, leilões e disputa de lances selados”], parecia garantir que logo cairia no esquecimento. Mas foi redescoberto uma década depois. O artigo de Vickrey foi o primeiro a estudar a capacidade dos leilões em resolver grandes problemas sociais, ajudou a criar um campo da economia chamado “desenho de mecanismos” e lhe valeu o prêmio Nobel em 1996.

As ideias de Vickrey transformaram a teoria econômica e tiveram impacto na política. Países do mundo inteiro realizam licitações baseadas nas ideias de Vickrey para licenciar o uso de radiofrequência. O Facebook, o Google e o Bing empregam um sistema derivado do



Figura P. 1. William S. Vickrey (1914-96), prêmio Nobel de economia, pai do desenho de mecanismos e o protagonista silencioso deste livro. Foto de Jon Levy, reprodução autorizada por Getty Images.

leilão de Vickrey para alocar o espaço publicitário em suas páginas na rede. As intuições de Vickrey em relação a planejamento urbano e pedágio urbano estão mudando aos poucos a fisionomia das cidades, e têm um papel importante nas estratégias de precificação em aplicativos como o Uber e o Lyft.²

Mas nenhuma dessas aplicações práticas reflete com clareza as aspirações que deram impulso ao trabalho de Vickrey. Quando recebeu o Nobel, consta que ele pretendia usar o prêmio como “excelente tribuna” para apresentar as ideias transformadoras de George e o potencial radical do desenho de mecanismos a um público maior.³ No entanto, Vickrey morreu de um ataque cardíaco três dias depois de saber de sua premiação. Mesmo que estivesse vivo, Vickrey provavelmente teria dificuldade em despertar o entusiasmo do público. Em 1996, ocorria em todo o mundo uma explosão econômica, e parecia nascer uma nova era de cooperação global. Ninguém queria atrapalhar esse sucesso, e a abordagem de Vickrey enfrentava enormes obstáculos práticos.

Hoje, porém, as perspectivas de progresso econômico e político não são auspiciosas, ao passo que, graças a desenvolvimentos econômicos e tecnológicos, agora é possível superar as restrições práticas à abordagem de Vickrey. Este livro, portanto, quer servir como a “excelente tribuna” que Vickrey não chegou a ocupar, dando mais corpo à concepção que ele provavelmente teria apresentado ao mundo, se estivesse vivo.

INTRODUÇÃO

A crise da ordem liberal

As ideias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto certas quanto erradas, têm uma força maior do que se costuma pensar. Na verdade, são basicamente elas que regem o mundo. Os homens pragmáticos, que se creem totalmente isentos de qualquer influência intelectual, em geral são escravos de algum economista falecido.
John Maynard Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, 1936

O Muro de Berlim caiu quando um de nós acabava de ingressar no pré-primário e o outro estava começando a carreira, e foi um momento fundamental para definir nossas identidades políticas. O “estilo americano” — livre mercado, soberania popular e integração mundial — tinha vencido o “império do mal” soviético. Desde então, esses valores — que chamaremos de “ordem liberal” — vêm dominando os debates intelectuais. Houve pensadores importantes decretando “o fim da história”. Os grandes problemas sociais que ocuparam por tanto tempo o centro do drama político tinham sido resolvidos.¹

Nós dois entramos na maioria intelectual numa era de confiança, satisfação e consenso intelectual global sem precedentes. Onde mais reinava essa atmosfera era no mundo da política governamental em que acabamos ingressando — um na área jurídica, outro na área econômica. Ironicamente, foi a economia, mais do que qualquer outra área, que assumiu o papel de liderança num mundo do qual haviam desaparecido os debates sobre sistemas econômicos. Os economistas, que antigamente tinham ajudado a definir os extremos do espectro político (lembra-se de Karl Marx?), agora se viam como as vozes dominantes da razão, a quem o público confiava as decisões de política governamental.²

Nas universidades e associações profissionais, os economistas se concentravam em análises políticas de centro, as quais, sendo altamente matemáticas e quantitativas, aparentavam uma neutralidade ideológica. Enquanto isso, a área marginalizava os da esquerda radical (os marxistas) e os da direita (a chamada escola austríaca).³ A maior parte do trabalho desenvolvido pelos acadêmicos nas áreas de economia, direito e políticas públicas tratava de justificar as instituições de mercado existentes ou de propor reformas moderadas que, na essência, preservavam o status quo.

Salvo raras exceções, os economistas convencionais dessa época tomavam como pressuposto que o esquema predominante das instituições do mercado funcionava razoavelmente, dentro do limite do possível. Se os mercados “falhavam”, dizia a teoria, uma regulação moderada, baseada em análises de custo e benefício, daria conta do recado. As questões de desigualdade eram em larga medida ignoradas. Os economistas acreditavam que, em vista de tanta riqueza gerada pelos mercados, era possível tolerar a desigualdade; uma margem de segurança social garantia que os mais carentes não morressem de fome. Um de nós dois foi trabalhar na Microsoft devido a seu interesse em ampliar a abordagem-padrão das plataformas tecnológicas modernas, e o outro se concentrou em questões de reforma jurídica. Enquanto isso, o chão começou a se mover sob nossos pés.

Os primeiros tremores foram a crise financeira de 2008 e a recessão subsequente. Contudo, ainda que a queda econômica fosse

a pior desde a Grande Depressão, por algum tempo parecia que não ia ser muito diferente das outras recessões. Houve quem perdesse casa, emprego e crédito, mas isso já acontecera muitas vezes antes e a economia tinha se recuperado. Só em 2016 ficou evidente como a mudança fora drástica.

Notou-se que o progresso econômico ocorrido antes da recessão era, em grande parte, ilusório — tinha beneficiado basicamente os muito ricos. A disparada da desigualdade, a estagnação dos padrões de vida e o aumento da insegurança econômica simplesmente zombavam do velho estilo de análise político-governamental. A raivosa reação política à recessão — exemplificada nos Estados Unidos pelos movimentos do Occupy Wall Street e do Tea Party — não arrefeceu com a recuperação econômica. As pessoas já não acreditavam nas análises político-governamentais dominantes das elites, que tinham servido de base para a desregulamentação financeira e para as impopulares injeções de liquidez em empresas pré-falimentares. Com dúvidas pairando sobre o velho jeito de fazer as coisas e sem clareza sobre os novos rumos, a opinião pública se polarizou. E devido às antigas controvérsias que vinham fermentando sobre questões culturais, em especial no que tangia à imigração, a raiva contra as elites deu uma desagradável guinada nativista. Por todo o mundo, a xenofobia e o populismo emergiram em níveis que não se viam desde os anos 1930.

Infelizmente, as ideias não acompanharam o passo da crise. Responsabiliza-se o capitalismo pelo aprofundamento da desigualdade e pela redução do ritmo de crescimento, mas até agora não se apresentou nenhuma nova proposta. Responsabiliza-se a democracia liberal pela corrupção e pela paralisia, mas o autoritarismo dificilmente oferece uma alternativa atraente. A globalização e as instituições de governança global viraram os bodes expiatórios preferidos, mas não se propõe nenhum outro caminho viável para as relações internacionais. Mesmo os governos mais bem conduzidos, dos países mais avançados, adotam a abordagem tecnocrática dominante do passado, apesar de seus múltiplos fracassos.

Assim, ao procurar uma saída desse impasse, vimo-nos relendo as obras dos pais fundadores da organização social moderna: um

grupo de pessoas do final do século XVIII e do século XIX que se denominavam “economistas políticos” e “Radicais Filosóficos”, incluindo Adam Smith, o marquês de Condorcet, Jeremy Bentham, John Stuart Mill, Henry George, Léon Walras e Beatrice Webb.

Embora vivessem num mundo diferente do nosso, esses pensadores — cujas ideias examinaremos mais adiante — enfrentaram problemas parecidos. O sistema econômico e político que herdaram do século XVIII não era capaz de acompanhar as mudanças na tecnologia, na demografia, na globalização da época e no ambiente cultural mais amplo. Os privilégios arraigados impediam as tentativas de promover a igualdade, o crescimento e a reforma política. Julgando que os recursos intelectuais da época eram insuficientes para permitir um avanço, os Radicais Filosóficos desenvolveram novas ideias que tiveram um papel enorme no desenvolvimento de nosso sistema econômico moderno, baseado no mercado, e da democracia liberal. Suas ideias e reformas somavam as aspirações libertárias da direita atual e as metas igualitárias da esquerda atual, e constituem uma herança comum aos dois extremos do espectro político padrão. É esse espírito em comum que queremos reviver.

Desigualdade

O problema mais importante de nossa época é a desigualdade crescente dentro dos países ricos. A figura I.1 mostra a evolução da participação na renda do 1% mais rico nos Estados Unidos, de 1913 a 2015.⁴ Ela mostra essa participação antes e depois da dedução de impostos. Concentrando-nos na curva pós-tributação mais pertinente para o consumo final, vemos que a participação na renda do 1% mais rico praticamente dobrou de seu ponto mais baixo, de 8% em meados dos anos 1970, para seu pico recente de 16%. Tem-se um padrão parecido, mas menos drástico, em muitos outros países anglo-saxões nesse mesmo período. Os padrões de renda foram menos acentuados em alguns países da Europa continental e do Extremo Oriente, onde a redistribuição estatal é mais generosa.⁵

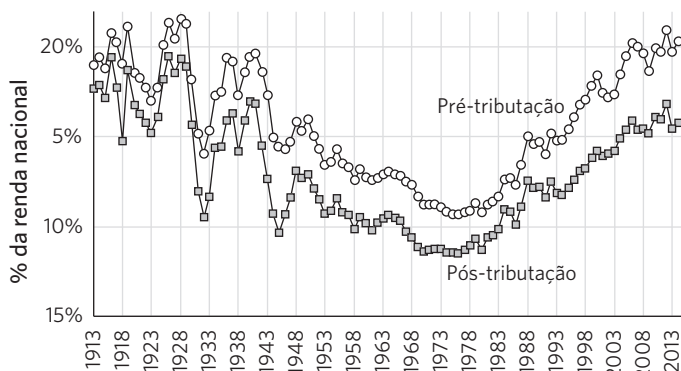


Figura I.1. Participação na renda americana do 1% do topo da pirâmide, incluindo ganhos de capital, antes e depois da tributação.

Fonte: Thomas Piketty, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman, “Distributional National Accounts: Methods and Estimates for the United States”. *Quarterly Journal of Economics*, v. 133, n. 2, pp. 553-609, 2018.

Seria esse aumento da desigualdade apenas o preço de uma economia dinâmica, como sugerem muitos argumentos econômicos “neoliberais”? Alguns economistas sustentam que a desigualdade crescente reflete a divergência entre as qualificações e as oportunidades dos competentes, qualificações estas que são desperdiçadas quando não são recompensadas com uma renda maior. Porém o aumento da desigualdade não reflete apenas essa divergência salarial, mas o perfil da renda nacional, que se afasta completamente dos salários. A figura I.2 mostra a participação na renda nacional proveniente de todos os tipos de trabalho assalariado, desde operários de fábrica até diretores executivos — o que os economistas chamam de “participação do trabalho”. Houve nesse mesmo período uma queda de quase 10% na participação dos salários na renda nacional americana, aproximando os Estados Unidos dos países em desenvolvimento, onde a participação do trabalho é muito menor do que costuma ser nos países ricos.

Para onde foi o dinheiro que pagava o salário dos trabalhadores?